

Mais SUAS! Mais direitos! Mais cidadania! Contra o desmonte da Assistência Social!

Nas Conferências de Assistência Social e em muitos movimentos sociais pela garantia de direitos e o bem comum, foram formuladas as ideias e as propostas do que se conhece hoje em dia como o Sistema Único de Assistência Social (SUAS), a Política Nacional de Assistência Social (PNAS), a Norma Operacional Básica de Recursos Humanos (NOB RH\SUAS), A Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS) viabilizaram a criação de diversos serviços, programas e projetos da assistência social. Muito do que ainda precisa melhorar deve passar pelas Conferências, que são espaços deliberativos sobre como deve ser conduzida a política de Assistência Social.

Este ano o Conselho Nacional de Assistência Social convoca sob o tema "Garantia de direitos no fortalecimento do SUAS" a XI Conferência Nacional de Assistência Social, a ser precedida por Conferências Estaduais e Conferências Municipais.

Reconhecendo as Conferências de Assistência Social enquanto instâncias máximas de participação e deliberação sobre a política pública e enquanto espaço fundamental de formulação e construção da Política Nacional (PNAS) e do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) e reafirmando seu compromisso de defender as políticas públicas por meio de instâncias de controle e participação social, visando sua democratização, consolidação, ampliação do acesso e qualificação, o Conselho Regional de Psicologia de São Paulo organiza campanha de mobilização para a participação nas etapas municipais, estadual e nacional desta XI Conferência.

A campanha foi iniciada com eventos preparatórios realizados na sede e nas subsedes do CRP SP, com o tema "Contribuições da psicologia para a garantia de direitos e o fortalecimento do SUAS". Estes eventos tiveram por finalidade analisar a atual conjuntura do Sistema Único de Assistência Social e sua relação com as demandas sociais brasileiras, discutir o tema e os eixos temáticos da XI Conferência Nacional de Assistência Social e formular propostas de contribuições críticas da psicologia para a efetivação do SUAS e dos direitos socioassistenciais para serem levadas ao debate nas conferências.

Entendendo que esse debate se enriquece quando são consideradas as interfaces da assistência social com outras políticas públicas e com os debates sobre defesa de direitos, a campanha também envolve a mobilização de diversos núcleos temáticos do CRP SP.

Além do núcleo de Assistência Social, a campanha conta com contribuições dos núcleos de Criança e Adolescente, Psicologia e Deficiência, Psicologia e povos tradicionais, Psicologia e relações étnicorraciais, Laicidade e Religiosidade, Sexualidade e Gênero, Emergências e Desastres, Educação e Medicalização, Saúde e Justiça.

O resultado deste processo de debate são as propostas apresentadas neste material.

Tendo como mote geral "**Mais SUAS! Mais direitos! Mais cidadania! Contra o desmonte da Assistência Social!**", consideramos o momento peculiar em que se encontra a política de Assistência Social no país. Apenas um ano após a aprovação do II Plano Decenal do SUAS (2016 - 2026), enquanto resultado do processo conferencial de 2015, a conjuntura aponta para sua desconsideração, com exemplos flagrantes de seu descumprimento. Um dos exemplos mais emblemáticos são as propostas de alteração do Benefício de Prestação Continuada (BPC) no âmbito da chamada Reforma da Previdência, na contramão daquilo que deliberou a X Conferência Nacional da Assistência Social. Este processo não pode ser dissociado, também, de uma conjuntura de ataques à construção do SUAS e de retrocessos em relação à organização das ofertas socioassistenciais. Outro exemplo deste processo é o programa "Criança Feliz", que ignora e fere a construção republicana, ao longo de mais de uma década, de parâmetros para os serviços socioassistenciais e sua articulação com os benefícios e as transferências de renda. A atual conjuntura indica ainda que o próprio processo de controle social tem sido desqualificado. Não podemos, assim, ignorar que o momento é de rupturas do processo democrático.

Ao se posicionar contra os desmontes no SUAS e em defesa de mais direitos e mais cidadania, o CRP SP convida as(os) psicólogas(os) para uma participação ativa, qualificada e propositiva nas Conferências de Assistência Social, em defesa dos avanços alcançados nesta política pública, com ampla participação de psicólogas(os) nesta construção, mas também na disputa dos avanços que ainda se fazem necessários para ampliar as responsabilidades estatais com a proteção social, universalizar acessos e garantir direitos sociais universais enquanto condição inalienável da cidadania.

Bons debates, boa participação e boas conferências!

EIXO 2

Gestão democrática e controle social: o lugar da sociedade civil no SUAS

Desafios:

Falta de condições para o protagonismo de cidadãs e cidadãos de direito do SUAS ser exercido diretamente em grande parte dos Conselhos e nas conferências de assistência social.

Falta de condições de participação efetiva de trabalhadores com representatividade e autonomia em grande parte dos conselhos e nas Conferências de Assistência Social.

Propostas:

1. Promover o acesso a mecanismos de notificação e de denúncia referente a violações de direitos, maus tratos, tortura física ou psicológica, ou quaisquer outras formas de opressão para trabalhadores de instituições de execução de medida socioeducativa de internação, assim como para as famílias e as/os adolescentes em privação de liberdade ou egresso.
2. Divulgar, avaliar e estudar os dados monitorados referente aos serviços que operam no atendimento e na prevenção a situações de violência contra criança e adolescente (CREAS/CRAS, etc.) com a finalidade de planejar o aprimoramento dos serviços.
3. Garantir a implantação e a continuidade dos Conselhos Municipais de Direitos das Pessoas com Deficiência.
4. Garantir a representatividade de povos tradicionais nos espaços de Controle Social e nos processos de avaliação de suas respectivas territorialidades.
5. Implantação de Conselhos Gestores de serviços com a participação protagonista e decisiva de cidadãs e cidadãos de direitos do SUAS.
6. Fortalecer a participação de usuários em conselhos gestores de modo a criar programas de enfrentamento e combate ao racismo.
7. Promover espaços de discussão para conselheiros de assistência social, secretários executivos dos conselhos, integrantes dos fóruns da assistência social, gestores, trabalhadores, entidades de Assistência Social sobre as demandas da população LGBT para a construção de projetos que respeitem suas especificidades.
8. Educação Permanente para que gestoras/es compreendam o caráter democrático do controle social.
9. Garantir educação permanente para trabalhadoras/es, gestoras/es do SUAS e também para conselheiras/os dos CMASs, como forma de ampliar a qualidade dos serviços oferecidos à população e a participação social.
10. Fomentar a organização social e a criação de espaços de resistência e debate junto a sociedade.
11. Discutir junto a usuários, trabalhadores e gestores, respeitando-se a equidade de representação os critérios de inclusão, permanência e valores dos benefícios de transferência de renda, incluindo o BPC.
12. Garantir e defender a prática da democracia participativa nas instâncias representativas (conselhos, comissões, etc) e de participação direta (conferências, assembleias, entre outros).